

## Para inglês ouvir: Política de adoção da audiodescrição na TV digital do Reino Unido

Flávia Oliveira Machado<sup>1</sup>

O Reino Unido estreou a era da televisão digital em 1998 com o padrão DVB (*Digital Video Broadcasting*). Onze anos depois, o Ofcom (*Office of Communication* - órgão regulador do setor de comunicação do Reino Unido) anunciou que 89,8% dos lares ingleses recebiam o sinal digital. Após o desenvolvimento dessa tecnologia, foi iniciado em 2008 o processo de desligamento da transmissão analógica de televisão, que está previsto para terminar em 2012. Além da multiprogramação e da alta qualidade de som e imagem, os ingleses foram os primeiros a conseguirem disponibilizar a audiodescrição como opção de acessibilidade nessa nova mídia. A audiodescrição é um áudio extra que descreve o cenário, o figurino, a movimentação dos personagens e todos os outros elementos que não são compreendidos, principalmente, por pessoas com deficiência visual. O objetivo é acrescentar esse áudio durante os intervalos dos diálogos, sem, no entanto, sobrepor informações contidas na trilha sonora original. Vale lembrar, que este recurso atende também às necessidades de pessoas com dislexia, com deficiência intelectual e ainda idosos. Atualmente, 10% da programação já possuem audiodescrição e há uma forte pressão para que essa cota aumente para 20%. O presente artigo pretende apontar, através de referências bibliográficas e documentais, algumas especificidades da televisão digital no Reino Unido e como está sendo feita a política de promoção da audiodescrição nesse meio de comunicação. Primeiramente, será exposto o conceito do termo audiodescrição. Depois, será traçado um breve panorama da implementação da TV digital no país, bem como suas estratégias políticas até chegar no switch over e na segunda geração do DVB. Após essa contextualização, pretende-se analisar as iniciativas políticas para a inserção, promoção e aprimoramento da audiodescrição na televisão digital inglesa. Para isso serão apresentados dois atores-chaves no desenvolvimento dessa política: o Ofcom e o RNIB (*Royal National Institute of Blind People*). O estudo sobre a política de implantação desse recurso de acessibilidade no Reino Unido, onde a audiodescrição está mais difundida, serve como ponto de partida para outros países que pretendem avançar na questão de inclusão social de pessoas com deficiência visual através dos meios de comunicação, principalmente, a televisão.

Palavras chave: Audiodescrição. Televisão Digital. Política de Comunicação. Reino Unido. DVB. OFCOM.

### 1. Audiodescrição

---

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Televisão Digital da UNESP/Bauru, Flávia Oliveira Machado ([flaviamachad@yahoo.com.br](mailto:flaviamachad@yahoo.com.br)) está desenvolvendo em sua dissertação um estudo sobre as políticas públicas para a promoção da audiodescrição na TV digital brasileira. O projeto é orientado pelo Prof. Dr. Antonio Carlos de Jesus ([acj13jesus@faac.unesp.br](mailto:acj13jesus@faac.unesp.br)).

Primeiramente, faz-se necessário conceituar o termo audiodescrição uma vez que ele parece ser novo mesmo no Reino Unido, como será comprovado ainda neste artigo através dos dados referentes às últimas pesquisas relativas a esse recurso.

É sabido que pessoas com deficiência visual não usufruem uma recepção de textos audiovisuais, teatrais e outros tipos de conteúdos culturais de forma apropriada às suas necessidades. A audiodescrição é um recurso de acessibilidade que promove uma fruição satisfatória de produções culturais. Esta técnica é um tipo de tradução audiovisual e, por se tratar de tradução de imagens em palavras, ela é considerada uma tradução intersemiótica.

Esse recurso consiste em um áudio extra com descrições de cenários, figurinos, expressões faciais e corporais dos personagens, ações, entrada e saída de personagens e todos aqueles elementos relevantes para a compreensão do conteúdo visual por uma pessoa com dificuldade para usufruir tal conteúdo. Preferencialmente, essa narração deve entrar entre os diálogos e os efeitos sonoros para que não haja sobreposição de informações. Vale lembrar que este recurso atende também às necessidades de pessoas com dislexia, com deficiência intelectual e ainda idosos.

A satisfação de espectadores que utilizam o serviço de audiodescrição foi comprovada em uma pesquisa do Ofcom em 2008 com espectadores que utilizam esse recurso. Entre os principais benefícios apontados estão: o ato de assistir a televisão ficou mais agradável, a sensação de igualdade por poder comentar com pessoas sem deficiência os programas de TV, independência e inclusão social. Porém, segundo o mesmo estudo, ainda há muito para ser melhorado. Os espectadores com deficiência visual responderam que se deve aumentar o número de programas que disponibilizam o recurso, bem como a ampliar dos gêneros de programas e ainda melhorar a forma como é informada a existência da opção do serviço no programa (OFCOM, 2008, p. 30).

Antes de iniciar a exposição sobre a adoção da audiodescrição no Reino Unido e os atores envolvidos nessa temática, abordaremos a implementação da televisão digital neste país bem como as questões políticas e econômicas relacionadas a este processo.

## 2. TV Digital no Reino Unido

### 2.1. O Padrão DVB

No início dos anos 90 empresas do setor de comunicação começaram a discutir a viabilidade da criação de uma plataforma pan europeia de televisão digital terrestre. Foi então

que em 1993 foi criado o *Digital Video Broadcasting Project*, formado por representantes do setor privado e público. Na mesma época, o *Working Group in Digital Television* também estava estudando possibilidades para essa nova mídia e trouxe para a discussão novos conceitos como recepção móvel e HDTV (*High Definition Television*). Entretanto, o *Digital Video Broadcasting Project* tinha a vantagem de ter membros que eram da *European Broadcasting Union* o que agilizou a normatização do padrão DVB (*Digital Video Broadcasting*) (DVB ORG, online).

O projeto DVB era dividido em dois módulos de trabalho: o comercial e o técnico. O grande desafio inicial era desenvolver um padrão que atendesse tanto as tecnologias de broadcasting digital via satélite, cabo e terrestre. O sistema também deveria transportar em pacotes uma combinação de arquivos de áudio, imagem e multimídia, permitindo assim que posteriormente qualquer tipo de nova mídia e diferentes tipos de vídeos e áudios de alta definição pudessem ser transmitidos. O enfoque do padrão foi trazer multiprogramação, interatividade e som e imagem de alta qualidade.

Por causa do avanço do projeto MAC (*Multiplexed Analogue Components*) da Comissão Européia, que norteou os parâmetros da tecnologia digital, a indústria broadcasting por satélite e por cabo se desenvolveram mais rapidamente do que a terrestre. Por isso, em 1993 o padrão DVB-S (*Digital Video Broadcasting for Satellite*) foi lançado e no ano seguinte o DVB-C (*Digital Video Broadcasting for Cable networks*) chegou ao mercado (DVB ORG, online). Entretanto, somente a partir de 1998 é que o público pode usar essa tecnologia.

Após o desenvolvimento desses tipos de padrões e das tecnologias de compressão de dados, está em desenvolvimento a segunda geração do DVB. Uma das novidades é o uso do MPG-4 para a compressão. Vale ressaltar que os novos padrões são compatíveis com a primeira geração.

## 2.2. Regulamentação do setor

Em 1995, a BSkyB (empresa do conglomerado do australiano naturalizado estadunidense Rupert Murdoch) já liderava o mercado de televisão paga analógica com 75% das assinaturas de televisão via satélite (Goodwin, 2005, p.155), que ultrapassavam os 5 milhões de assinantes. A preocupação do governo era em relação à manutenção dessa liderança na era digital. Para combater uma possível concentração do mercado televisivo nas mãos da empresa, o governo teve que regular a competição econômica no mercado. Por isso,

foi criado o *Broadcasting Act* em 1996, que determinava entre outros pontos, a licença de transmissão para o desenvolvimento da televisão digital de outra maneira além da transmissão via satélite (*Broadcasting Act* 1996, 8). A estratégia usada para viabilizar isso foi regulamentar a concessão de multiplexadores nacionais. Ou seja, o espectro britânico foi dividido em 6 faixas e cada uma seria controlada por um operador. A empresa fica responsável pela transmissão de 4 a 6 canais em uma faixa do espectro na qual antes era possível transmitir somente um canal. Dos seis multiplexadores, três foram destinados sem custo algum para emissoras de transmissão terrestre existentes (BBC, ITV, Channels 4 e 5 e S4C), e o restante foi destinado a ITC (*Independent Television Commission*), órgão público responsável na época por regular a televisão comercial. Ela era responsável por determinar quais empresas iriam controlar os outros três multiplexadores (SMITH, 1999). Após uma disputa entre a DTN (*Digital Television Network*) e a BDB (*British Digital Broadcasting*), que em 1998 passou a se chamar ONdigital, esta venceu a batalha após desfazer uma aliança com a BSkyB por pressão política. Mas como afirma Goodwin (2005), a BSkyB passou de benevolente sócia para voraz concorrente no campo da plataforma digital. Prova disso foi que a BSkyB lançou seu serviço digital com seis semanas de antecedência em relação à ONdigital. Entretanto, mesmo depois de ser reformulada para ITV Digital, em 2002 foi decretada a falência da ONdigital (GOODWIN, 2005, p. 161-162).

A saída encontrada para o até então fracasso da televisão digital terrestre no Reino Unido foi a criação da Freeview, um consórcio comandado pela BBC, Crown-Castle e BSkyB. Segundo Cave, a participação da BBC é dada pelo controle de um multiplexador, a BSkyB provê alguns canais e a Crown-Castle comanda dois multiplexadores (CAVE, 2006, p.108). Trazendo a proposta de TV digital terrestre gratuita, a Freeview conseguiu mais adesão do público inglês a essa nova mídia. O grande atrativo, diferente do modelo da ITV Digital, era a recepção gratuita de canais, dessa forma, o espectador paga somente o equipamento (set-top box ou aparelho de televisão com o conversor digital integrado). A comprovação do sucesso é que hoje a Freeview é líder no mercado de televisão digital. Todavia, Goodwin (2005) afirma que se o Reino Unido liderou a revolução da TV digital em 2003, muito se deve à televisão digital por satélite e não terrestre.

Apesar de o governo ter anunciado em 1999 que o switch over ocorreria no período de 2006 a 2010, o processo de desligamento do sinal analógico só iniciou em 2008 com previsão de término em 2012 (CAVE, 2006, p. 110). Um dos motivos para o adiamento era que a adesão à nova tecnologia era baixa. Dentre as iniciativas para essa mudança, em 2007, o governo inglês criou um programa de ajuda ao switch over (*Digital Switchover Help Scheme*)

para atender pessoas com mais de 75 anos, pessoas com deficiência que recebem auxílio financeiro do governo, pessoas que recebem cuidado domiciliar e pessoas com deficiência visual. O programa, que pretende atingir 7 milhões de pessoas, irá prestar auxílio em relação a equipamentos, instalação e suporte técnico após o desligamento do sinal analógico. O departamento de Cultura, Mídia e Esporte e a BBC são os responsáveis pelo projeto, cujo custo é estimado em 603 milhões de libras. Para as pessoas atendidas pelo serviço pode haver um custo padrão de 40 libras, mas dependendo da situação financeira da família, essa taxa pode não ser cobrada. Tendo em vista que um dos públicos alvo são pessoas com deficiência visual, foi colocado no projeto que os equipamentos deverão ter configuração compatível para receberem a audiodescrição (*Digital Help Scheme Agreement*, online).

A prova do deslanche da TV digital no Reino Unido é o relatório sobre progresso dessa nova mídia relativo ao segundo semestre de 2009. Segundo o Ofcom, 89,8% das casas desfrutavam na televisão digital, sendo que 12,9% via cabo, 34,8% via satélite e 40,2% via terrestre – 37,6% Freeview e 2,7% por via satélite gratuito (OFCOM, 2009b).

Em decorrência da completa digitalização do setor, o governo enfrenta a questão do dividendo digital. Desde 2004, o Ofcom está discutindo como será a gestão da parcela do espectro radioelétrico que ficará sem uso devido à menor faixa de banda necessária para a transmissão digital em relação à faixa usada para a transmissão analógica. O órgão busca garantir que o espectro seja explorado com o máximo de aproveitamento e que seus usuários possam ter a flexibilidade de adaptação e inovação no seu uso. Para Leiva (2009), o governo está deixando importantes questões de lado como: reservar frequências para futuras inovações no uso do espectro; deixar espaço para uso livre de obtenção de licença; e reservar um espaço para o desenvolvimento da televisão móvel. Mas, governo britânico vem sofrendo pressões da Comissão Européia que deseja a harmonização técnica de utilização da subfaixa 790 – 862 MHz para ser destinada à transmissão de dados da telefonia celular, o que pode facilitar o serviço de *roaming* internacional. Segundo Matthew Howett (BBC NEWS, 2009), o Ofcom está tentando cooperar com a União Européia nesse momento que é propício para a telefonia celular.

### 3. Audiodescrição no Reino Unido

#### 3.1. Outro tipo de Guarda

Para substituir a *Independent Television Commission* (ITC), a *Radio Authority* (RA), o *Radiocommunications Agency*, o *Office of Telecommunications* (Ofcom) e a *Broadcasting Standards Commission* (BSC) foi criado em 2003 o *Office of Communication* (Ofcom) através do *Communication Act*. Este novo órgão é uma instituição independente responsável por regular a telecomunicação, a radiodifusão e o uso do espectro britânico. Os objetivos do Ofcom foram descritos no *White Paper* de 2000. Segundo o documento, as três áreas de atuação do órgão seria requerer das empresas auto-regulamentação em relação: 1) à qualidade dos conteúdos, à quantidade de publicidade, aos patrocinadores e à acessibilidade a pessoas com deficiência; 2) às cotas na programação para conteúdos independentes e regionais e à agilidade na transmissão de notícias; 3) à qualidade do serviço público prestado de radiodifusão. Às empresas caberia fazerem sua auto-regulamentação e o Ofcom iria intervir como último recurso para fazer valer os objetivos desse serviço público (SMITH, 2006).

Neste momento cabe um pequeno esclarecimento sobre o modelo britânico de regulamentação que possui dois tipos de documentos chaves para a criação de uma lei. O primeiro é o *Green Paper* é um documento resultante de uma consulta liderada pelo governo, que contém propostas com diversas alternativas para futuras políticas governamentais. O *Green Paper* irá contribuir para a produção do segundo documento que é o *White Paper*. Este contém fortes recomendações que poderão resultar em uma mudança legislativa. Diferentemente do primeiro, o *White Paper* é de responsabilidade do departamento relativo à temática do documento (ACCA, 2009). Somente após a discussão do *White Paper* é feito o projeto de lei que é enviado ao Parlamento e votado para receber, se aprovado, o assentamento real tornando-se lei (LEAL FILHO, 1997, p.43).

Voltando às questões relativas à regulamentação no Reino Unido, Smith (2006) afirma que a criação do Ofcom, através do *Communication Act*, foi determinada por três fatores: o esforço dos meios de comunicação comercial na convergência digital, a qual foi usada para justificar a desregulamentação do setor; ao comprometimento do novo partido Trabalhista aos princípios de liberalização do mercado e políticas de inovação; a batalha travada entre dois órgãos governamentais (ITC e Ofcom); e acordos entre departamentos rivais durante o mandato do partido Trabalhista (SMITH, 2006, p. 937). O *Communication Act* concedeu ao Ofcom autoridade para fiscalizar o mercado do espectro do Reino Unido na era digital. Entretanto, Harding e O'Connor (apud SMITH, 2006, p. 936) comentam que a política de desregulamentação lançada com o *Communication Act* preparou o terreno para o aumento da concentração dos meios de comunicação, ao acabar com as restrições de fusão e controle de empresas estrangeiras (principalmente estadunidense) no setor de comunicação.

Sendo o órgão que regulamenta o setor de comunicação, o Ofcom é o responsável pela política de implementação dos recursos de acessibilidade previstos pelo *White Paper* de 2000. Antes de analisar os principais pontos da estratégia para a adoção da audiodescrição na televisão digital do Reino Unido, será apresentado rapidamente o RNIB, que é o principal instituto que atende às pessoas com deficiência visual no Reino Unido. Essa entidade pressiona e colabora com o Ofcom para a promoção da audiodescrição no país.

### 3.2. Lobbista de Peso

O fundador da RNIB foi Thomas Rhodes Armitage, um médico que aos trinta anos perdeu a visão e começou a lutar pela auto-estima e por novas oportunidades para as pessoas com deficiência visual. Em 1868, ele fundou a *British and Foreign Society for Improving Embossed Literature for the Blind*, que depois se transformou em *British and Foreign Blind Association*. Mas foi somente em 1953 que foi dado o nome de *Royal National Institute of the Blind* e mais recentemente, em 2007, foi acrescentado a palavra *People* ao final do nome.

As áreas de atuação do instituto são: a promoção do Braille através de publicações como revistas, livros, panfletos, contas de banco, partituras musicais, entre outros produtos em Braille; o auxílio a estudantes com deficiência visual, pais, professores, escolas e faculdades que atendem a esse público; treinamento e capacitação para o mercado de trabalho; venda de equipamentos específicos para esse público; prestação de serviço na produção de áudio livros e manutenção da biblioteca nacional da RNIB; promoção e divulgação da audiodescrição e locação e venda de vídeos com esse recurso; suporte para informações sobre deficiência visual via telefone e email. Além de atuar na sociedade com campanhas de conscientização e divulgação de informações relacionadas à deficiência visual (RNIB, 2009b, online).

O RNIB contribui ativamente na promoção e divulgação da audiodescrição para informar a população sobre como ela deve acessar o serviço. Foram disponibilizados no site e em folders (digitais e impressos) informações sobre quais equipamentos são necessários, como usar e quais as vantagens do serviço. A instituição também informa sobre como uma pessoa pode ser beneficiada pelo programa de ajuda para o término da transmissão de sinal analógico de televisão (*Digital Switchover Help Scheme*). Como já foi comentado neste artigo, caso o espectador seja candidato ao auxílio, o governo subsidia a compra do aparelho para a recepção do sinal digital de TV (o set-top box) (RNIB, 2009b, online).

Além de pressionar o governo e os radiodifusores, o RNIB também atua junto às produtoras de cinema para a inclusão da audiodescrição nos DVD e nas salas de cinemas. O resultado desse trabalho é que em 2009, mais de 300 salas de cinemas já estavam preparadas para prover aos espectadores cegos um fone de ouvido capaz de receber a transmissão da audiodescrição. E mais de 400 títulos de DVDs com audiodescrição já estavam sendo vendidos nas lojas (YOUR LOCAL CINEMA, online). O RNIB ainda arranja fôlego para ir além das fronteiras britânicas. Em outubro deste ano, foi lançado o projeto Bollywood que pretende expandir e promover a audiodescrição na indústria cinematográfica da Índia. O papel da instituição é aproximar organizações britânicas e indianas que atendem a pessoas com deficiência visual e ainda fazer recomendações para Bollywood adotar a audiodescrição em seus filmes.

#### 4. Uma questão de política pública

A temática da audiodescrição está presente em pesquisas do Reino Unido desde a década de 90. Entre 1992 e 1995, a ITC realizou o projeto Audetel (*Audio Described Television*). Reguladores, associações de espectadores e empresas de radiodifusão se integraram para desenvolver audiodescrição para a televisão. Foi demonstrado que era possível a transmissão de audiodescrição através dos sinais analógicos da televisão. Esse projeto foi substituído pelo *Broadcasting Act* de 1996 que determinou que em dez anos 10% dos programas da televisão digital terrestre deveriam ter audiodescrição (GREENING; ROLPH, 2007, p. 128). Outro projeto desenvolvido foi o TIWO (*Television in Words*), durante 2002 e 2004, que tinha como objetivo criar um sistema computacional que permitisse otimizar a criação de roteiros de audiodescrição e personalizar esse recurso para diferentes audiências (jovens, idosos, pessoas com ou sem memória visual e pessoas que preferem mais ou menos aprofundamento na interpretação do conteúdo) (SALWAY, online). Porém, este estudo esbarra em um ponto importante do processo de produção audiovisual. Poucas são as produções que seguem a risca o roteiro original, ou seja, durante as gravações, a edição ou a finalização de um conteúdo, muitos elementos são alterados em relação ao roteiro de gravação. Para além das fronteiras do Reino Unido, pesquisadores europeus e de outras partes do mundo têm discutido desde 2005 questões relacionadas à acessibilidade e ao acesso às mídias na conferência *Media for All*. Em sua terceira edição realizada na Antuérpia (Bélgica) em outubro de 2009, foram abordados entre outras temáticas, como legendagem, dublagem, legenda fechada para surdos, a audiodescrição. Além de dois workshops sobre o assunto,



foram apresentados 17 trabalhos sobre aprimoramento das técnicas de audiodescrição e experiências na adoção desse recurso. Um dos trabalhos apresentador foi os primeiros resultados do *Pear Tree Project*, que tem como objetivo a criação de um padrão de qualidade para a audiodescrição europeia. Os países participantes do projeto são Reino Unido, Espanha, Grécia, Bélgica, Polônia, Itália, Irlanda e França. Considerando as especificidades de cada língua, esse trabalho busca padrões para o aperfeiçoamento da audiodescrição nos conteúdos europeus (MEDIA FOR ALL, 2009).

Além da pesquisa, o Reino Unido se destaca por colocar em prática a audiodescrição. Depois da determinação em relação à porcentagem da programação com audiodescrição do *Broadcasting Act* em 1996, o *Communication Act* em 2003 ampliou a obrigatoriedade do serviço para a televisão digital a cabo e por satélite. Mas foi com o *Code on Television Access Services* do Ofcom que determinou 2008 como data limite para a adoção da audiodescrição em 10% da grade de programação (GREENING; ROLPH, 2007, p. 128).

A plataforma digital permitiu a adoção da audiodescrição devido ao avanço tecnológico em relação à televisão analógica. Com o aumento da compressão de dados é possível acrescentar um canal de áudio exclusivo para esse tipo de recurso de acessibilidade. Desse modo, o espectador pode acessar a audiodescrição quando quiser através da ativação desse recurso via controle remoto. A recepção da audiodescrição na plataforma Freeview é mixada no próprio set-top box, permitindo que o espectador altere independentemente o áudio da audiodescrição e o áudio original de acordo com o seu gosto, enquanto na BSkyB (líder na TV por satélite) e na Virgin (líder na TV a cabo) a audiodescrição é pré-mixada junto com o programa original, sendo necessário somente uma configuração de linguagem feita pelo espectador para o modo “narrativo” para a audiodescrição ser ouvida (GREENING; ROLPH, 2007, p. 130).

Apesar da audiodescrição estar presente nos programas de TV, não havia um intenso uso do serviço por falta de divulgação para a população. Por isso, foi realizada entre 1 de fevereiro e 14 de março de 2008 uma campanha para informar a população sobre esse tipo de recurso de acessibilidade. A campanha conduzida pela aliança entre as empresas de radiodifusão e o RNIB com facilitação da Ofcom. A divulgação foi com materiais para a televisão, impressos e para o rádio. Foram feitas duas análises, uma antes (A) e outra depois (B) da campanha de divulgação. E em 2009, foi feita uma nova consulta (C), porém sem a execução de uma campanha de divulgação prévia. Comparando os resultados das três pesquisas, temos: a porcentagem da população em geral que sabia do serviço foi 37% (A), 60% (B) e 45% (C); e entre as pessoas com deficiência visual foi de 43% (A), 69% (B) e 50%

(C). A causa apontada para o não crescimento das porcentagens entre a pesquisa B (em abril de 2008) e a pesquisa C (em 2009) foi a não utilização de uma campanha prévia sobre audiodescrição o que gerou em 2008 um crescimento imediato do conhecimento em relação ao serviço. Desse modo, com relação ao grupo de pessoas com deficiência, foi comprovado a necessidade de se fazer campanhas regulares para a divulgação da audiodescrição para manter um crescimento em relação à campanha B (OFCOM, 2009a).

Em 2009, os maiores canais da televisão inglesa já possuíam audiodescrição em 10% dos programas. Por isso, de 3 de setembro a 12 de novembro do mesmo ano, o Ofcom fez uma consulta pública sobre o futuro da audiodescrição. Foram dadas 3 opções de escolha: 1) não alterar a porcentagem de 10% de programas com audiodescrição; 2) aumentar para 20% de programas com audiodescrição em todos os canais; 3) aumentar para 20% de programas com audiodescrição somente nos 10 canais públicos enquanto os outros 48 canais continuariam a seguir a cota de 10%. O RNIB fez uma campanha para que as pessoas e familiares que a instituição atende respondessem a consulta. A opção sugerida pela instituição foi a de número 2. E a estratégia usada para aumentar a adesão à campanha foi a divulgação no site de informações sobre as opções de envio da resposta e até motivando os espectadores a pedirem para os seus membros do parlamento que participassem da consulta também. Ademais, a entidade sugeriu que os participantes escrevessem sobre as suas experiências em relação à audiodescrição, qual a sua importância e ainda quais aspectos deveriam ser melhorados (RNIB, 2009a, online).

Todavia, o governo não possui um mecanismo de controle para saber se o aumento de 10% para 20% da programação está sendo de programas inéditos ou de reprises. Por exemplo, a BSkyB poderia alcançar a nova cota colocando mais vezes durante a programação um mesmo filme ou programa em horários e canais diferentes. Cabe então à população fiscalizar esse tipo de estratégia e se for o caso, fazer reclamações para que isso não ocorra.

## 5. Conclusão

O Reino Unido se destaca na implementação da audiodescrição por de fato criar uma política para a adoção de recursos de acessibilidade. O Ofcom, órgão responsável pelo setor de telecomunicação e radiodifusão, assume seu papel fazendo valer as leis criadas para a promoção desse recurso. Através de pesquisas e consultas públicas, o governo consegue ter parâmetros para a manutenção e o aprimoramento da audiodescrição. As empresas de comunicação, por sua vez, conseguem ter um retorno sobre a prestação deste serviço e

recebem também sugestões de quais tipos de programas são mais adequados para ter a audiodescrição, cuja qualidade também é analisada para melhor atender ao público. O RNIB, além de pressionar o governo, auxilia o Ofcom durante as consultas públicas e as pesquisas mediando o contato do governo com o público com deficiência visual. E a audiência consome esse serviço e ao mesmo tempo luta pela ampliação da disponibilização desse recurso tanto na televisão digital quanto em outros conteúdos audiovisuais. Cabe aos outros países analisarem de maneira crítica a experiência britânica, para que possam tirar proveito de pontos que possam auxiliar na criação de uma política de comunicação para a adoção da audiodescrição em seus meios de comunicação.

#### Referências Bibliográficas

ACCA. “ACCA Guide to Parliament”. In: ACCA, 2009. Disponível em [http://www.accaglobal.com/pubs/about/public\\_affairs/unit/policy/uk\\_parliament/guide4.pdf](http://www.accaglobal.com/pubs/about/public_affairs/unit/policy/uk_parliament/guide4.pdf) . Acesso em 21 set. 2009.

BBC NEWS. Digital dividend scheme switched. BBC News, Londres, 5 fev. 2009. Disponível em <http://news.bbc.co.uk/2/hi/technology/7870459.stm> . Acesso em 25 set. 2009.

Broadcasting Act (1996). HMSO, London. Disponível em [http://www.opsi.gov.uk/Acts/acts1996/ukpga\\_19960055\\_en\\_1](http://www.opsi.gov.uk/Acts/acts1996/ukpga_19960055_en_1) . Acesso em 21 set. 2009.

CAVE, Martin. “The development of digital television in UK” In: CAVE, Martin, NAKAMURA, Kiyoshi (Org). Digital broadcasting: policy and practice in the Americas, Europe and Japan. Cheltenham: Edward Elgar, 2006.

Digital Help Scheme Agreement. Disponível em [http://www.helpscheme.co.uk/en/press/fast\\_facts#fact05](http://www.helpscheme.co.uk/en/press/fast_facts#fact05) . Acessado em 17 set. 2009.

DVB - Digital Video Broadcasting. “History of DVB Project” In: DVB Project. 2009. Disponível em [http://www.dvb.org/about\\_dvb/history/](http://www.dvb.org/about_dvb/history/) . Acesso em 20 set. 2009.

GOODWIN, Peter. “United Kingdom: never mind the policy, feel the growth”. In Allan Brown and Robert G. Picard, eds. Digital Terrestrial Television in Europe. Mahwah, N.J.: Lawrence Erlbaum Associates, 2005.

GREENING, Joan; ROLPH, Deborah. “Accessibility: raising awareness of audio description in UK”. In CINTAS, Jorge D.; ORERO, Pilar; REMAEL, Aline (Orgs.). Media for all: Subtitling for the Deaf, Audio Description, and Sign Language. Amsterdam: Rodopi, 2007. p. 127 – 138.

LEAL FILHO, Laurindo. A melhor TV do mundo: o modelo britânico de televisão. São Paulo: Summus, 1997.

LEIVA, Trinidad García. “El dividendo digital: desafíos, oportunidades y posiciones nacionales” In: RLCS, Revista Latina de Comunicación Social 64 – 2009 Edita: Laboratorio de Tecnologías de la Información y Nuevos Análisis de Comunicación Socia. Disponível em [http://www.ull.es/publicaciones/latina/09/art/35\\_834\\_37\\_ULEPICC\\_19/Trinidad\\_Garcia\\_Leiva.html](http://www.ull.es/publicaciones/latina/09/art/35_834_37_ULEPICC_19/Trinidad_Garcia_Leiva.html) . Acesso em 24 set. 2009.

MEDIA FOR ALL: quality made to measure, 3. , 2009, Antuérpia (Bélgica), Parallel Session 4. Disponível em [http://www.mediaforall.eu/pal\\_4d\\_mazur\\_chmiel.html](http://www.mediaforall.eu/pal_4d_mazur_chmiel.html) . Acesso em 26 set. 2009.

OFCOM. “Access Services Audio Description: research into awareness levels”. In: Office of Communication, 2008. Disponível em [http://www.ofcom.org.uk/research/tv/reports/access\\_services\\_audio/](http://www.ofcom.org.uk/research/tv/reports/access_services_audio/) . Acesso em 18 set. 2009.

\_\_\_\_\_. “2009 Research into Awareness and Usage of Audio Description”. In: Office of Communication, 2009a. Disponível em [http://www.ofcom.org.uk/research/tv/reports/research\\_audio\\_description/](http://www.ofcom.org.uk/research/tv/reports/research_audio_description/). Acesso em 18 set. 2009.

\_\_\_\_\_. “The Communication Market: Digital Progress Report – Digital TV, Q2 2009”. In: Office of Communication, 2009b. Disponível em [http://www.ofcom.org.uk/research/tv/reports/dtv/dtu\\_2009\\_02/](http://www.ofcom.org.uk/research/tv/reports/dtv/dtu_2009_02/) . Acesso em 18 set. 2009.

RNIB. “History of RNIB”. In: RNIB. 2009a. Disponível em <http://www.rnib.org.uk/aboutus/historyofrnib/Pages/rnibhistory.aspx> . Acesso em 20 set. 2009.

\_\_\_\_\_. “Ofcom 2009 review of access services”. In: RNIB. 2009b. Disponível em [http://www.rnib.org.uk/GETINVOLVED/CAMPAIGN/ACCESSTOTV/AUDIODESCRIPTION/Pages/ofcom\\_access\\_review.aspx](http://www.rnib.org.uk/GETINVOLVED/CAMPAIGN/ACCESSTOTV/AUDIODESCRIPTION/Pages/ofcom_access_review.aspx) . Acessado em 26 set. 2009.

SALWAY , Andrew. TIWO - Television in Words: Final Report. Disponível em [www.computing.surrey.ac.uk/personal/pg/A.Salway/tiwo/TIWO.htm](http://www.computing.surrey.ac.uk/personal/pg/A.Salway/tiwo/TIWO.htm) . Acesso em 17 set. 2009.

SMITH, Paul. “The Politics of UK Television Policy: The Introduction of Digital Television”. In: Workshop 24, Regulating Communications in the ‘Multimedia Age’, European Consortium of Political Research, 27th Joint Sessions of workshops, University of Mannheim, Germany, 26 - 31 March 1999.

\_\_\_\_\_. “The politics of UK television policy: the making of Ofcom” In: Media, Culture & Society, 2006 SAGE Publications (London, Thousand Oaks and New Delhi), Vol. 28 , nº 6, p. 929–940. Disponível em <http://tvdigital.files.wordpress.com/2008/09/ofcom-2006-paul-smith.pdf> . Acesso em 21 set. 2009.

YOUR LOCAL CINEMA. “Audio described cinema and DVD information”. In: Your Local Cinema. Disponível em <http://www.yourlocalcinema.com/ad.html> . Acesso em 24 set. 2009.